

IMAGENS DA INFÂNCIA SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO, 1930/1950

Olga Brites*

Refletir sobre Imagens da Infância é um desafio que enfrento desde a realização de meu Mestrado na PUC-SP¹. Trabalhando com a revista *Sesinho*, estudei uma produção literária e periodística dirigida para a infância por um órgão – o SESI – que a destinava a filhos de industriários, atingindo também diferentes setores da população e expressando-se através de múltiplas linguagens, como desenhos, quadrinhos, textos e fotografias. Tanto em *Sesinho* como em outras fontes que passei a pesquisar, ocorria a produção de matérias para crianças por adultos. Nesse sentido, a criança não aparecia de imediato como sujeito de sua própria ação: ela era refletida a partir de concepções e desejos que os adultos expressavam sobre suas trajetórias de vida.

Em meu Doutorado², investigo como a criança foi representada no social, quais imagens eram construídas a respeito de sua condição. Entendi essas imagens como projetos e representações socialmente elaborados como soluções, caminhos e direções para problemas identificados. Tais elaborações indicam a vigência de uma historicidade em que a criança era encarada como ser digno de atenções por parte de órgãos governamentais e vozes da sociedade civil – imprensa, associações, intelectuais, etc.

Muitos dos problemas assinalados em relação à infância nos anos 30 a 50 foram repostos ou até ampliados na segunda metade do século XX. Mantêm-se as crianças

* Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP.

1 Brites, O. *Infância, trabalho e educação – A Revista Sesinho (1947/1960)*. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo, PUC-SP, 1992, sob a orientação da professora Déa Ribeiro Fenelon.

2 Idem – *Imagens da Infância – São Paulo e Rio de Janeiro, 1930/1950*. Tese de Doutorado em História, PUC-SP. São Paulo, digitado, 1999, sob a orientação da professora Déa Ribeiro Fenelon.

como sujeitos que vivem no cotidiano as experiências das desigualdades sociais. No contexto neoliberal do ocaso do século XX, os horizontes para essas crianças são cada vez mais sombrios. Uma voz como a de Vicente Paulo da Silva, Presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores), é rara ao assinalar na Imprensa, na comemoração do Dia da Criança, as circunstâncias do viver infantil bem afastadas dos discursos que tentam idealizar a imagem da infância:

Há cerca de 4 milhões de crianças no Brasil que nada têm a comemorar neste Dia das Crianças. De um lado não faltam variados brinquedos e roupas; mas, de outro, 12 de outubro é apenas véspera de 13, em que não irão à escola, não se divertirão nem viverão em paz. Será mais um dia de duro, penoso, indigno e revoltante trabalho infantil.

São meninos e meninas, de 7 a 15 anos, que vivem sob humilhação, sofrimento e risco de vida. Não têm sonhos marcados pelas histórias infantis; eles próprios são gatas borralheiras e super-heróis, em contato precoce com uma realidade que não deveriam viver.³

Vicente Paulo da Silva aponta imagens da criança que não tem direito à escola, ao lazer e ao consumo e assinala uma situação de exploração do trabalho da criança, em um momento em que o desemprego de adultos é alarmante. Ao mesmo tempo, aponta esforços na tentativa de superação desses problemas, dentre eles, os da Fundação Abrinq e do Projeto Travessia.

Relatos como esse são úteis para reflexão quando se pensa nas experiências infantis em outros períodos da História do Brasil, tentando, de alguma forma, contribuir para a transformação do presente vivido por estas crianças e na expectativa de que as imagens de beleza e felicidade, tão valorizadas quando se falava do consumo e de outras experiências do universo infantil, discutidas neste trabalho, sejam mais que figuras de retórica.

Politizando a discussão sobre horizontes do universo infantil, Déa Ribeiro Fenelon apontou aspectos significativos do viver a infância, denunciando a incapacidade para resolver os problema das crianças, referindo-se a elas

abandonadas sem moradia certa, sem família, vivendo nas ruas, empurradas a todo tipo de vícios, e sendo exploradas de todas as maneiras. Até mesmo no trabalho infantil precoce,

3 Silva, V. P. da. "Dia das Crianças Trabalhadoras". *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 3, 12 out 1998.

clandestino e semi escravo, em pequenos e grandes empreendimentos em todas as regiões do país, que as tira da escola, no campo e na cidade.⁴

Fenelon assinala a falta de prioridade dos governos brasileiros no que diz respeito a essas questões, considerando o estudo histórico sobre o tema uma forma de mostrar essa criança marginalizada, estigmatizada, “abandonadas e sem família, os órfãos de pais vivos”.⁵

No começo da pesquisa, busquei discutir a propaganda nos anos 50, em diferentes revistas. Mesmo continuando a considerar a publicidade importante material na construção de imagens da infância, na medida em que trabalhava com valores e desejos articulados a outros projetos, percebi que tal documentação não era suficiente para estudar o tema proposto porque apontava diferentes questões também presentes noutros espaços sociais. Verifiquei que várias imagens construídas naquele momento sobre a infância estavam presentes em períodos anteriores, em uma espécie de “escada rolante” que exigia recuos no tempo para poder melhor avaliar a historicidade de certas experiências⁶. No entanto, não pretendi cultivar o “mito das origens”⁷ em que a História seria refletida a partir da noção de progresso⁸, em que o tempo linear e contínuo concebia um começo e fim de determinadas experiências. Identifico-me com a noção de experiência formulada por Thompson, na qual as ações não são predeterminadas e os sujeitos sociais aparecem como diversos e múltiplos⁹.

Uma imagem de infância elaborada no período referido era a da criança bela e saudável: o que estivesse fora desse padrão era considerado desvio que precisava ser corrigido. Isso apareceu tanto na esfera de políticas públicas como na imprensa e em

4 Fenelon, D. R. “Um olhar sobre o passado para garantir o futuro do país”. Resenha de *História social da criança abandonada*, de Maria Luiza Marcílio (São Paulo, Hucitec, 1998). *Jornal da Tarde*. São Paulo, 2 (Caderno de Sábado), 16 jan 1999.

5 Marcílio, M. L. *História social da criança abandonada*. São Paulo, Hucitec, 1998.

6 Williams, R. *O campo e a cidade na história e na literatura*. Tradução de Paulo Henriques Britto. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

7 Bloch, M. *Introdução à História*. Tradução de Maria M. Miguel e Rui Gracio. Lisboa, Europa-América, 1965.

8 Benjamin, W. “Sobre o Conceito de História”. In: *Magia e técnica, arte e política*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo, Brasiliense, 1985, pp. 222-32.

9 Thompson, E. P. *A miséria da teoria*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

diferentes tipos de propaganda. A mortalidade infantil era uma preocupação constante dessas tantas vozes sobre infância, assumindo uma dimensão de normatização de práticas no universo familiar. A pobreza era rejeitada ou destinada à reforma. Simultaneamente, parcelas de camadas populares desejavam atendimento em diferentes espaços de sua existência (Saúde, Educação, consumo), indo ao encontro daqueles diagnósticos e das políticas deles derivadas.

Percebi que não podia ignorar políticas públicas que marcavam presença de forma significativa quando se discutia infância naquele período. Ao mesmo tempo que o Estado se apresentava como centralizador, ele recebia múltiplos influxos de diferentes práticas sociais, organismos e instituições, casos da Cruzada Pró-Infância, em São Paulo, ou da imprensa, que se colocava como vigilante, conselheira e proponente de iniciativas.

Os anos 30 e 40 representaram marco fundamental para o tema porque nesse período uma série de realizações dirigidas à infância foi implementada, como os parques infantis na cidade de São Paulo, a Cruzada Pró Infância, também naquela cidade, e o Departamento Nacional da Criança, instituído pelo governo federal.

Não tive a pretensão de esgotar as possibilidades de estudo quando abordei parques infantis, Cruzada Pró-Infância e o Departamento Nacional da Criança. Dissertações e teses foram já defendidas abordando especificamente esses tópicos, trazendo elementos fundamentais para a discussão de tais órgãos¹⁰. Não poderia, todavia, ignorar aquelas propostas, pois correria o risco de perder de vista projetos significativos para o social.

Refleti também sobre outras imagens do universo infantil presentes em periódicos como *Vida Doméstica*, *Fon-Fon!*, *O Cruzeiro* e *Manchete*, destinadas à família, que pudessem sugerir modos de ver, nomear e direcionar a infância. Eram publicações de periodicidade mensal (a primeira) ou semanal (as demais), com preferência pelo público feminino (*Vida Doméstica*) ou pretendendo atingir um espectro familiar de consumo

10 Faria, A. L. G. *Direito à infância – Mário de Andrade e os parques infantis para as crianças de família operária na cidade de São Paulo*. Tese de Doutorado em Educação. São Paulo, FE/USP, 1993. Fonseca, C. de O. *Modelando a Cera Virgem – A saúde da criança na política social de Vargas*. Dissertação de Mestrado em História. Niterói, UFFI, 1990. Kuhlmann Jr., M. *Educação pré-escolar no Brasil (1899/1922) – Exposições e congressos patrocinando a “Assistência Científica”*. Dissertação de Mestrado em Educação. São Paulo, PUC-SP, 1990. De Paula, D. F. *A infância e o poder – A recreação no Parque Infantil e sua implicação social*. Dissertação de Mestrado em História. Assis, UNESP-Assis, 1993. Pereira, A. R. V. *Políticas sociais e corporativismo no Brasil: O Departamento Nacional da Criança no Estado Novo*. Dissertação de Mestrado em História. Niterói, UFFI, 1992. Vieira, L. M. F. “Mal Necessário: Creches no Departamento Nacional da Criança (1940/1970)”. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 67: 3/16, nov 1988.

(as outras). Pesquisei ainda jornais diários como *O Estado de S. Paulo* e *Diário Popular*, cujo ritmo de publicação marcava um caráter diferente em suas notícias devido à preocupação de cobrir o dia-a-dia da cidade e do país, posicionando-se em debates e interferindo na vida política por sua condição de instrumento da opinião pública.

Esta pesquisa pretendia inicialmente dedicar-se a São Paulo, núcleo demográfico e econômico em expansão, com pretensões cosmopolitas e modernizantes. Ponderei o peso estratégico também do Rio de Janeiro na formulação de imagens da infância, tendo em vista que muitos periódicos aqui discutidos foram publicados naquela cidade, sede do governo federal à época, abrigando órgãos como o Departamento Nacional da Criança (DNCr), e importante centro de produção e divulgação de Imprensa, com alcance nacional, sede de congressos e eventos similares (Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, em 1922), além de fundamental referência nacional na criação de instituições dedicadas à infância¹¹.

As conclusões alcançadas, no entanto, não dizem respeito apenas a tais metrópoles. Muitos dos projetos sobre infância que foram discutidos no Brasil durante os períodos considerados se articularam a propostas internacionais e sofreram direcionamentos locais. Não pretendi sequer esgotar as imagens de infância naquelas duas cidades, limitando-me a discutir algumas de suas formulações estratégicas para pensar aquele tema.

Ao estudar essas cidades, é importante perceber a dimensão de segregações sociais representadas pela ocupação do espaço. Em São Paulo, o crescimento vertiginoso na virada do século XIX para o século XX teve como uma de suas faces os ricos habitando bairros nobres da cidade – Jardins, Higienópolis, Campos Elísios – e os pobres sendo expulsos para novos bairros (Brás, Moóca, Bom Retiro, Belenzinho, áreas “para além dos rios Tamandateí e Tietê”), que não contavam com infra-estrutura básica (saneamento, esgotos)¹². No entanto, essa separação de espaços não conseguiu expulsar plenamente os pobres de lugares da cidade onde eles construíam estratégias de sobrevivência¹³.

11 Kuhlmann Jr., M. *Infância e educação infantil – Uma abordagem histórica*. Porto Alegre, Mediação, 1998.

12 Maciel, Laura Antunes. “A Educação Sanitária Semeia, A Raça Colherá o Fruto”. In: Vasconcellos, Maria da Penha C. (coord.). *Memória da Saúde Pública – A Fotografia como Testemunha*. São Paulo/Rio de Janeiro, Hucitec/Abrasco, 1995, pp. 19/58.

13 Dias, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo, Brasiliense, 1984. Sobre esta questão ver ainda: Santos, Carlos José Ferreira dos. *Nem Tudo Era Italiano: São Paulo e Pobreza (1890 – 1915)*. São Paulo, Anablume/FAPESP, 1998.

Junto com o procedimento da segregação, ocorria uma identificação da pobreza com a barbárie, desejando transformar a cidade de acordo com uma ordem burguesa que desqualificava experiências significativas dos pobres no espaço urbano, prática comum às duas grandes cidades¹⁴. Ao condenar cortiços e outras habitações populares, negavam-se experiências e modos de vida dos sujeitos em nome de Ciência e Técnica, em uma perspectiva autoritária de remodelação da cidade. As habitações populares foram condenadas como expressão de caos, desordem, ausência de privacidade, doença. As crianças eram usadas, em muitos dos argumentos, como expostas a toda sorte de promiscuidades, e por elas seria necessário transformar aquele estado de coisas. Dessa forma, era justificado que os lares fossem devassados e os sujeitos pesquisados ou removidos para instituições disciplinares: os loucos iriam para o Hospital de Alienados, as crianças indesejadas para o Instituto Disciplinar da cidade, etc.

Se, no início do século, a intenção era sanear, expulsando a população pobre de determinadas áreas urbanas, nos anos 30, ocorreu uma maior intervenção do Estado. É de 1930 o Plano de Avenidas de Prestes Maia para a capital paulistana, abrindo grandes avenidas, desapropriando e dando nova feição à cidade. A década de 40 abrigou grave crise de habitação. Se antes a questão era a ausência de moradias “higiênicas e salubres”, naquele novo momento ocorria falta de residências para alugar: os preços, extremamente altos para o padrão de vida da classe trabalhadora, foram congelados por lei em 1942; isso levou proprietários a se desinteressarem pelo investimento nessas habitações, provocando despejos dos moradores, expulsando mais uma vez a população de baixa renda. Jornais de “organizações populares” denunciaram residência e transporte como grandes problemas da população pobre¹⁵.

14 Chalhoub, Sidney. “Classes Perigosas”. In: *Trabalhadores – Classes Perigosas*. Campinas/São Paulo, Associação Cultural do Arquivo Edgar Leuenroth (UNICAMP/ IFCH)/SMC (São Paulo), 1990, pp. 2/21. Neves, Margarida de Souza – “O Povo na Rua – Um Conto de Duas Cidades”. In: Pechman, Robert N. (org.). *Olhares sobre a Cidade*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1993, pp. 135/155. Velloso, Pimenta Mônica. *As Tradições Populares na Belle Époque Carioca*. Rio de Janeiro, Ministério da Cultura, FUNARTE/Instituto Nacional do Folclore, 1988. Rolnick, R. “São Paulo, Início da Industrialização: O Espaço e a Política”. In: Kowarick, L. (coord.). *As Lutas sociais e a cidade – São Paulo, passado e presente*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, pp. 75-94.

15 Bonduki, N. G. “Habitação popular: Contribuição para o estudo da evolução urbana de São Paulo”. In: Valladares, L. do P. (org.). *Repensando a habitação no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982, pp. 135-168.

Nos anos 50, a questão da desidratação infantil ainda era considerada um problema para a cidade de São Paulo, resultando em um índice de mortalidade infantil elevado. Apontava-se precariedade no abastecimento de água potável, na rede de esgoto e no destino do lixo, carências que atingiam diretamente a infância porque não eram devidamente administradas pelo poder público. A coleta do lixo na cidade e sua adequada destinação beneficiavam apenas um terço da população. Os outros dois terços eram os lugares preferidos por moscas e demais insetos, responsáveis pela diarreia infantil, dentre outros males. A população mais pobre da cidade era a mais prejudicada por morar em locais próximos a depósitos e chácaras que usavam o lixo como adubo. Miséria, fome e favela faziam parte desse quadro.

Ainda em relação à década de 50, o tema da metropolização passou a ser usado para caracterizar São Paulo, abrangendo intenso crescimento urbano, grande especulação imobiliária, novos espaços públicos em construção (Parque do Ibirapuera, Monumento às Bandeiras), ciclo de exposições e outras atividades em comemoração ao Quarto Centenário da Cidade (1954), sem abolir os contrastes que incluíam até uma periferia como expressão de “urbanização desurbanizante”, desprovida de equipamentos públicos, infra-estrutura e transportes adequados¹⁶.

Nesse período, havia uma série de órgãos oficiais, destinados aos cuidados com a infância. Naqueles dedicados à saúde escolar, funcionavam Dispensários de Puericultura. Alunas do Curso Normal do Instituto Cactano de Campos atuavam no centro de Puericultura. Como esse, funcionavam, ainda, o Dispensário de Puericultura Padre Anchieta, no Brás, e o Carlos de Campos, anexo ao Instituto Profissional Feminino do Brás. Em 1950, foi criado o DAIM – Departamento Municipal de Assistência a Infância e Maternidade –, subordinado à Secretaria de Higiene, que visava a combater a mortalidade infantil, oferecendo orientação às futuras mães¹⁷. Problemas semelhantes no início do século afetavam diretamente a estimativa de vida das crianças¹⁸.

16 Mayer, R. M. P. *Metrópole e urbanismo – São Paulo, Anos 50*. Tese de Doutorado. São Paulo, FAU/USP, 1991.

17 Castro, P. de C. e. *Contribuição para o estudo da Administração dos serviços locais de higiene infantil na Capital do Estado de São Paulo*. Tese de Livre-Docência da Cadeira de Técnica da Saúde Pública. São Paulo, FHSP/USP, 1994.

18 V. documentos sobre cortiços e condições de saúde, editados no volume: Pinheiro, P. S. e Hall, M. A. *classe operária no Brasil – Condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado*. São Paulo, Brasiliense, 1981. Consultar também: Ribeiro, M. A. *História sem fim...* São Paulo, Edunesp, 1993.

Comecei a trabalhar com imagens de infância a partir de materiais de propaganda extraídos das revistas *O Cruzeiro* e *Manchete* e do jornal *O Estado de S. Paulo* entre os anos 30 e 50, englobando posteriormente outros textos e imagens das revistas *Vida Doméstica* e *Fon-Fon!*, publicações como *Infância* e textos e imagens da Faculdade de Saúde Pública da USP e do Museu da Saúde de São Paulo.

Uma dimensão das imagens de infância fortemente recorrente nesses diversos materiais foi a da Saúde, projetando para o futuro a perspectiva de uma nação forte e promissora desde que suas crianças fossem devidamente cuidadas. Essa faceta esteve associada ao tema da preparação do trabalhador do futuro e do homem novo¹⁹, evidenciando a grande dimensão do investimento na infância nos anos 30 e 40, ligado ao contexto político de um Estado apoiado em temas como classe trabalhadora, Legislação Trabalhista, preocupação com família e infância e argumentos de racionalidade e modernidade, que englobavam pesquisas e inquéritos sobre condições de vida (alimentação, Saúde, moradia)²⁰. Na década de 50, houve continuidade e ampliação de políticas anteriores (o Ministério da Educação e da Saúde foi desmembrado em dois, por exemplo), além de consolidação de incrementos percentuais majoritariamente urbanos na população e ampliação de mercado e consumo, manifestando grande crescimento da publicidade, com a cidade sendo apresentada na condição de lugar prioritário da circulação de mercadorias²¹.

Médicos, pedagogos, artistas, fotógrafos, jornalistas e publicitários falavam da infância, elaboravam projetos interpretativos e apresentavam propostas no sentido de educar informalmente família, criança e mãe e a sociedade como um todo, distribuíam conselhos e normas tendo em vista um vir-a-ser das relações humanas, pensando na criança como realizadora de um projeto que consagrava a sociedade idealizada²².

19 Oliveira, L. L., Velloso, M. P. e Gomes, Â. M. C. *Estado Novo – Ideologia e poder*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

20 Sobre o período anterior aos anos 30 e a primeira metade dessa década, consultar: Decca, M. A. G. *A vida fora das fábricas – Cotidiano operário em São Paulo (1920/1934)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

21 Sobre incrementos percentuais da população urbana, calculados a partir de Censos Demográficos, ver: Patarra, N. L. “Dinâmica populacional e urbanização no Brasil: O período pós-30”. In: Fausto, B. (dir.) *Economia e cultura (1930/1964)*. São Paulo, Difel, 1984, pp. 247-68 (História Geral da Civilização Brasileira – III – O Brasil Republicano – 4).

22 “Ao mesmo tempo que a questão da higiene pública discutia faces de moradia das famílias proletárias, o que envolve todo um discurso moralizador sobre o papel da mãe e uma especial preocupação com

Os espaços destinados à infância foram analisados como instrumentos de dominação por parte de adultos e instituições, visando a formar adultos domesticados e disciplinados, com a criança tratada como ser mais exposto ao controle, dada a sua condição de minoridade, reafirmada por poder público, instituições e família²³.

Em contrapartida, é possível repensar a necessidade da pura dominação: “(...) não há oposição em bloco ao mundo da criança”.²⁴

No último sentido, Benjamin evocou o confeitiro de Barcelona que, ao fabricar bonecas, colocava em seu coração uma bola de açúcar, com o brinquedo expressando o poder dos sentidos. Sem renunciar à análise de relações de poder, é preciso levar em conta formas de reapropriação pela criança e pela família de espaços, instituições, discursos e imagens.

Estudar historicamente imagens da infância significa discutir concepções de tempo histórico que cada sociedade tem (seu futuro desejado, suas potencialidades presentes, seu passado de problemas a serem superados). Também inclui entender como cada sociedade se imagina em termos de culpas e erros, analisar de que forma ela pretende alocar seus recursos em relação a diferentes gerações e certas concepções de planejar esse futuro. Inclui, ainda, debater como a sociedade idealiza determinados padrões de perfeição para si mesma, englobando discutir que a infância não é *um outro* dos adultos e sim uma parte que a eles se liga permanentemente, tanto pelos laços de parentesco como, em um plano coletivo, pelos compromissos entre gerações. Indica igualmente representações de poderes na sociedade, abrangendo quem pode fazer o quê. A potencialidade atribuída à criança é o que a sociedade deseja de si mesma, e, portanto, a infância é uma espécie de auto-representação idealizada da sociedade.

A criança abordada como tema nos diferentes materiais pesquisados é muitas vezes ainda um bebê, tendo em vista a sua fragilidade e o risco da mortalidade em seu primeiro ano de vida. Daí, ela aparecer através da mãe, responsável por sua proteção. Tanto nos materiais visuais como nos textos, a mãe é apresentada como guia e protetora da in-

as crianças, a jornada de trabalho e os salários não permitem que os operários sequer cuidem dos seus filhos. Para as mulheres pobres e sem maridos, a escolha é entre o cuidado com os filhos e a sobrevivência.” Silva, R. H. A. da. *São Paulo – A invenção da metrópole*. Tese de doutorado em História Social. São Paulo, FFLCH/USP, 1997.

23 Lima, M. S. *A cidade e a criança*. São Paulo, Nobel, 1989.

24 Benjamin, W. *Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação*. Tradução de Marcus Vinicius Mazzari. São Paulo, Summus, 1984.

fância, a ela se dirigem médicos e outros especialistas que falam sobre o assunto, bem como anúncios publicitários e campanhas governamentais. Comentar a criança, assim, é também tratar de mãe e família.

Além de bebês, apareceram também naqueles materiais crianças mais crescidas, chegando mesmo à adolescência, como se observa nos textos sobre parques infantis e na publicidade.

Uma questão significativa para esta pesquisa é a dos suportes de linguagens (textuais e visuais) das imagens da infância. Há uma tradição historiográfica geral bem mais forte de trabalhar com fontes textuais, coerente com políticas de formação profissional que priorizam a análise da escrita. O apelo a recursos interdisciplinares tendeu a reforçar aquela tradição, configurando algumas apropriações de soluções lingüísticas para o espaço da pesquisa histórica²⁵. O trabalho com fontes visuais se dá nesta pesquisa por uma exigência do tema e da própria documentação, em que fotografias e desenhos ocupam significativo espaço. As fontes textuais são igualmente importantes na medida em que discuto imagens da infância, uma vez que no nível verbal também se elaboram imagens, colocando diferentes linguagens em diálogo. Compreendo que fontes textuais e visuais não se excluem, antes se interpenetram: fotografias são publicadas com legendas, textos são editados com ilustrações de desenhos ou fotografias, cartazes utilizam simultaneamente palavras e recursos iconográficos para transmitir suas mensagens. Metz salienta mesmo que a oposição entre caráter seqüencial do texto (sucessão das palavras) e dimensão simultânea do iconográfico (apreensão global de cada imagem) merece ser relativizada, uma vez que múltiplas mensagens são mistas – quadrinhos, cartazes – e recursos de uma são apropriados freqüentemente pela outra²⁶. As imagens visuais são apresentadas de diversas formas, tendo em vista o uso que se faz, por exemplo, na propaganda, do desenho como recurso narrativo e da fotografia, utilizada mais sistematicamente a partir dos anos 50, num estilo sofisticado de se veicular mensagens.

A propaganda faz parte desse contexto, explorando certa modernidade, anunciando-se como sua expressão, definindo pares de opostos (confortável/obsoleto, novo/velho, bom/mau), ultrapassando uma dimensão de apêndice da economia, revelando-se como

25 Silva, M. A. da. "O trabalho da linguagem". *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, 6 (11): 45/61, set. 1985/fev. 1986.

26 Metz, C. "Além da analogia, a imagem". In: Metz, C. et al. *A análise das imagens*. Tradução de Luiz Costa Lima e Priscilla Vianna de Siqueira. Petrópolis, Vozes, 1972 (Novas Perspectivas em Comunicação -8). Barthes, R. *O óbvio e o obtuso*. Tradução de Isabel Pascoal. Lisboa, Edições 70, 1984.

aspecto da vida cultural ao trabalhar costumes e valores da população. Ela dialoga com os desejos das pessoas e, no plano da opinião pública, com o direito à satisfação daqueles desejos – ao conforto, à beleza, à novidade... Evidentemente, esses direitos e desejos se situam em um mundo de relações de poder e propriedade, envolvendo tensões e frustrações, sem se restringirem ao plano da mera alienação.

Torna-se difícil circunscrever o espaço físico de elaboração desses materiais. Publicidades de diferentes produtos foram, freqüentemente, provenientes de suas regiões de origem (vinhos gaúchos, por exemplo) ou, até, de outros países²⁷. Essas imagens de infância elaboradas pela propaganda circularam socialmente e, para serem interpretadas em termos históricos, requerem diferentes tipos de articulação com outras fontes que as construíram.

A família era o alvo dessa investida na expansão do mercado consumidor e a criança, sem aparecer diretamente como compradora, foi habitualmente evocada como justificativa para esse universo. Ela apareceu crescentemente como destinatária ou usuária de diferentes artigos, associando-os a felicidade e confiança no futuro. Havia um sentimento de otimismo e grandes esperanças articulado às promessas da modernidade que o consumo oferecia.

Nesse universo do elogio à modernidade, o mundo infantil era estabelecido a partir de inúmeras relações, que abrangiam da escola à saúde, passando por políticas públicas que diziam respeito a esses e outros itens. Havia investimentos públicos (especialmente, políticas de saúde e educação) e olhares da sociedade civil dirigidos para a infância, provenientes de arte, literatura, periodismo, associações e outros organismos. Se esses tratamentos da temática infantil apontavam para um futuro (da nação, do indivíduo), é importante levar em conta o presente de sua implementação, as articulações que eram estabelecidas entre o mundo da criança e outras facetas da experiência social do período considerado.

Cabe pensar sobre o processo de produção de imagens da infância como parte da atividade do imaginário e da representação, o que não se confunde com a falsidade ou a mentira, abrangendo tanto a produção como a manutenção de sua força simbólica no social, potencializando-a²⁸. Tais representações e símbolos, quando produzidos, também

27 Klintowitz, J. *Arte do comércio – São Paulo*. São Paulo, SENAC, 1989, 3 volumes. Klintowitz reproduziu anúncios de vários periódicos que circulavam nacionalmente e não eram editados em São Paulo.

28 Baczo, B. "Imaginação Social". In: *Anthropos-Homem*. Porto, Imprensa Nacional/Casa da Moeda (Enciclopédia Einaudi – 5), s.d., pp. 296-32.

colocam em questão problemas de disputas sociais. Daí, a importância de entender a questão do imaginário como associada a problemáticas de poder, aumentando a sua capacidade de mobilização²⁹.

A prioridade no que se referia à saúde da infância tinha importância, na perspectiva de quem escrevia, desenhava ou fotografava, indicando uma compreensão do corpo humano como espaço de investimentos (cuidados, treinamentos, encaminhamentos), cuja rentabilidade se expressava na garantia de um futuro para a criança, sua família e sua pátria. Daí, o destaque ao controle sobre doenças fundamentais na infância, bem como cuidados com higiene e alimentação. Em sentido paralelo, dava-se muita atenção para Lazer e Educação, que, junto com Saúde, serviam de base para uma compreensão da infância como etapa de preparação humana para o futuro.

Algumas facetas atribuídas ao infantil estiveram presentes nesses debates sobre crianças brasileiras de forma recorrente: futuro, inocência, pureza, ignorância, universo de investimento (saúde, educação) para obter melhores resultados, beleza, associação ao adulto (dependência), fragilidade, potencialidade (vir-a-ser).

A propaganda caminhou, em algumas ocasiões, em um sentido inverso ao da valorização da pobreza, portadora de sentimentos de humildade, sacrifícios, abnegação, renúncia, tão valorizados em algumas narrativas que colocavam o pobre como redentor, convivendo com pequenos recursos mas valorizado no sacrifício, na justiça do caráter. A criança simbolizou, na sua presença grupal em eventos comemorativos (quando foi apresentada desfilando, uniformizada, disciplinada, braços, pernas, cabeças e troncos sintonizados, harmonizados, soldados da pátria, estampas da nação desejável), a docilização dos corpos, militarização em consonância com o corpo saudável, “higienizado e eugenizado”³⁰. A imagem harmonizada do corpo expressou a ausência dos conflitos

29 Oliveira afirma que os parques infantis, entre 1947 e 1955, “aumentaram de 9 para 50, o que aponta seu peso político junto à população”. Isso exemplifica como interesses institucionais eram satisfeitos em articulação com demandas efetivas da população. Oliveira, Z. de M. R. “Dos parques infantis às escolas municipais de Educação Infantil: um caminho de cinquenta anos”. *Escola Municipal*. São Paulo, SME, 18 (13): 11/18.

30 Sobre os temas de docilização e militarização dos corpos, ver: Lenharo, A., op. cit. A Alemanha Nazista foi referência quando se trabalhou a militarização do corpo e, junto com os demais regimes fascistas, é evocada como exemplar na prática de esportes. Schemmes, C. *Festas cívicas e esportivas no populismo: um estudo comparativo dos governos Vargas (1937/1945) e Perón (1946/1955)*. Dissertação de Mestrado em História Social. São Paulo, FFLCH/USP, 1995.

sociais, a plena integração entre projetos dos adultos e das crianças, como se fosse esse o sonho de realização infantil.

A partir dessas questões, o presente estudo se divide nas seguintes partes:

O primeiro capítulo, “Imagens de Crianças: algumas experiências”, discute questões referentes a imagens de infância divulgadas a partir da ação governamental (parques infantis em São Paulo, Departamento Nacional da Criança – especificamente, creches) e de mobilização de setores da sociedade civil (Cruzada Pró-Infância, Imprensa). Essas propostas se assemelharam em alguns momentos, ao enfatizarem dimensões da infância feliz, forte e promissora e ao evidenciarem que a construção de imagens da infância naqueles setores possuía fortes enraizamentos no social. Sobre os parques infantis, trabalhei com documentação produzida pela Administração Municipal paulistana – Atos, Relatórios – e escritos de Nicanor Miranda, Chefe da Divisão de Parques e Recreio, responsável por aqueles parques, além de materiais de Imprensa. A Cruzada Pró-Infância foi estudada principalmente a partir de sua revista *Infância*, em articulação com o noticiário de imprensa. O DNCr, órgão da administração federal (Ministério da Educação e da Saúde), foi abordado especialmente a partir da imprensa e de bibliografia analítica referente a creches.

O segundo capítulo, “Crianças em olhares da Imprensa”, debate problemas da pesquisa nos periódicos como *Vida Doméstica* e *Fon-Fon!*, publicados no Rio de Janeiro, porém com circulação nacional, e órgãos da grande imprensa paulistana, como *Diário Popular* e *O Estado de S. Paulo*. As revistas indicadas trabalharam mais com imagens idealizadas da infância, enquanto os jornais diários exploraram dimensões como instituições que cuidavam de menores, delinqüência e ações governamentais, aspectos mais explorados no primeiro capítulo. Os periódicos estavam sintonizados com práticas oficiais, propondo mesmo soluções para alguns problemas apontados por eles.

O terceiro capítulo, “Crianças na propaganda”, aborda material publicitário do período extraído das revistas e dos jornais citados e de *O Cruzeiro*, *Manchete* e *Propaganda*. A propaganda trabalha com os desejos do público, indicando valores e normas, projetando a realização de sonhos e fantasias, fortalecendo o mercado e também englobando o direito aos produtos exibidos. No caso da criança, ela reitera valores presentes em outros espaços argumentativos (reportagens, fotografias, etc.), colocando também novas questões para a reflexão sobre o social, como a idéia de aventura, sucesso, praticidade e economia. Além disso, a publicidade desempenha importante papel na memorização, nos seus mecanismos de repetição. Junto com as próprias peças publicitárias,

abordei também materiais literários que fizeram referências ao universo do consumo, sugerindo críticas, exclusões, frustrações, sofrimentos.

Até hoje, observa-se um apelo à necessidade de cuidados especiais com as crianças. Em um sentido simbólico, nelas é identificado o potencial de mudança, anuncia-se uma nova vida, que corrigirá os problemas do passado, melhorará o presente e significará o futuro transformado. Também na perspectiva de conservação da sociedade, as crianças foram e são usadas como símbolos, o que se observa em muitas campanhas governamentais que falam sobre a importância da mãe em casa, dentre outras questões. É como se a imagem da criança circulasse em diferentes campos de argumentação política e social, tanto no sentido da transformação como no da conservação.

É possível apontar que a criança é objeto de múltiplos “usos e abusos” por diferentes vozes sociais, quer ocasionalmente beneficiando-as, quer, também freqüentemente, manipulando-as para fins alheios aos seus interesses e às suas necessidades³¹.

O estudo histórico das imagens da Infância, na perspectiva desta pesquisa, procura contribuir para as transformações presentes e futuras que efetivamente correspondam às demandas dos grupos sociais aos quais elas estão ligadas.

31 Agradeço à Prof^a Dr^a Denise Bernuzzi Sant’Anna, que identificou esse tema durante a argüição de minha Tese de doutorado.